



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes - contexto nacional e internacional

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DOS FUNDAMENTOS DA LUTA DE CLASSES NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

JÚLIO CÉSAR MARINHO SANTOS ¹

Resumo: Neste trabalho, é desenvolvido um debate teórico, de forma aproximativa, acerca dos processos fundantes da luta de classes no capitalismo. Recorre-se a literatura marxista e marxiana como referencial teórico para a discussão. Compreende-se que a história da luta de classes é presente em toda a história humana, contudo, no capitalismo ela se apresenta na forma de duas classes antagônicas: a burguesia como polo dominante e o proletariado enquanto sua contraposição. A ascensão da burguesia produz a expansão da massa assalariada, assim como a exploração e a dominação. O conflito entre uma e outra é constante.

Palavras-chave: luta de classes; capitalismo; burguesia; proletariado.

Abstract: In this work, a theoretical debate is developed, in an approximate way, about the founding processes of the class struggle in capitalism. Marxist and Marxian literature is used as a theoretical reference for the discussion. It understands that the history of class struggle is present throughout human history, however, in capitalism it presents itself in the form of two antagonistic classes: the bourgeoisie as the dominant pole and the proletariat as its opposition. The rise of the bourgeoisie produces the expansion of the wage-earning mass, as well as exploitation and domination. The conflict between one and the other is constant.

Keywords: class struggle; capitalism; bourgeoisie; proletariat.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Mato Grosso

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, fruto de reflexões desenvolvidas em âmbito de um Programa de Pós-Graduação em Política Social, tem como objetivo abordar os fundamentos constitutivos da luta de classes na sociabilidade capitalista, a partir da literatura marxista e marxiana. Acredita-se que tal discussão possui conexão com o objeto de pesquisa da dissertação ainda em desenvolvimento, qual seja, *o processo de constituição da consciência crítica a partir formação profissional em Serviço Social*.

Nesse sentido, compreende-se que desenvolver um texto tecendo diálogos fundamentais acerca das classes sociais e de suas lutas correspondentes, principalmente a partir das literaturas tratadas no âmbito do curso de pós-graduação, é central para discussão processos de constituição da consciência, seja ela “para si”, como “para si”, nos termos do professor Mauro Iasi (1999)².

Hoje, ante a um governo neofacista e de extrema direita, se agudiza os processos de espoliação, exploração e expropriação direitos, próprios e intensificados na sociabilidade capitalista, de cariz neoliberal e num contexto sócio-histórico pandêmico³.

A sociedade está diante de uma pandemia que escancara os cortes nos gastos sociais, as expropriações de direitos trabalhistas, os ataques à previdência social e a falta de investimento na saúde e em saneamento. Agora, não se pode mais esconder que nos hospitais faltam leitos, equipamentos de saúde e equipamentos de proteção individual (EPIS); que as equipes estão reduzidas, mal remuneradas e expostas ao descaso que a política de saúde, historicamente, tem sido submetida (SIVA; BARROS, 2020, p.85).

Nesse contexto, se desenvolvem experiências e mediações socioculturais afeitas ao individualismo, ao “espírito empreendedor”, imediatismo, meritocracia etc., isto é, processos alienantes que empatam o desenvolvimento de práticas de solidariedade e coletividade. Há,

2 A consciência, de forma materialista e dialética, é um processo “múltiplo e uno”, inicialmente a consciência é formada como uma representação mental da vida social. A alienação, a qual representa esse primeiro momento da forma de consciência, não com verniz idealista, mas como uma expressão das relações de produção fetichizadas, na qual o ser humano se aliena de sua própria natureza. A negação desses processos alienantes expressa-se como a consciência em si: a reivindicação, o descontentamento, a negação das relações materiais de dominação e opressão. A passagem da consciência em si para a consciência para si se dá, sobretudo, com o objetivo revolucionário, do entendimento dos limites da capital e a necessidade de sua superação. Esta discussão se encontra em Iasi (1999).

3 Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), impactando e alterando seriamente a dinâmica da vida social brasileira e mundial, passando as pessoas a adotarem medidas preventivas de cuidado e higiene pessoal, como isolamento social e uso recorrente de máscaras e álcool.

nesse sentido, um sentimento aparente de apassivamento e de derrota para a classe que vive do trabalho.

Após o golpe de Estado contra a Presidente Dilma Rousseff⁴, em 2015, houve o estabelecimento agressivo de contrarreformas, como a da previdência social e trabalhista, e a Emenda Constitucional de congelamento dos gastos públicos. Tais medidas impactam frontalmente direitos sociais duramente conquistados e reduzem investimento em políticas sociais e públicas, como as de geração de emprego e renda.

O ano de 2022 é eleitoral. É um momento em que as tensões sociais se aprofundam e projetos políticos em disputa espelham eminentemente o antagonismo de classe presente na sociedade. Por isso, tendo em vista todas essas mediações descritas, que será discutido, neste texto, elementos fundamentais da luta de classes no Brasil, classe esta compreendida enquanto uma composição diversa, logo, de negros, mulheres, quilombolas, indígenas, pobres, lgbs etc.

Além desta introdução, no próximo tópico será discutido elementos fundantes da sociabilidade capitalista e que particularizam a luta de classes neste modo de produção no qual a vida social se estabelece, recorrendo-se a literatura marxista e marxiana como referencial teórico para a discussão, tendo em vista a sua potência explicativa e crítica. Por fim, a conclusão e o estabelecimento de compreensões teóricas e aportes para a discussão para a consciência de classe na sociedade brasileira atual.

2. DESENVOLVIMENTO

Kal Marx e Friedrich Engels (2008) ao escreverem o Manifesto Comunista⁵

-
- 4 Conforme Coutinho (2021, p.7), o golpe de 2016 pode ser compreendido por duas perspectivas: uma é através da crise estrutural do capitalismo, global, e a outra, que se relaciona com a primeira, é a necessidade da imposição da agenda ultraliberal necessárias para o capital. É uma nova tecnologia de golpes na América Latina, que para ela, “passa pelo parlamento, pelo judiciário e no nosso caso, pela Suprema Corte. Foi assim, o golpe contra o Fernando Lugo (presidente do Paraguai) e também contra Manuel Zelaya, em Honduras. No caso brasileiro, a agenda urgente do imperialismo e da burguesia nacional —aliada e subjugada a burguesia internacional—, precisava de um governo que seguisse a agenda, sem pestanejar, sem fazer as exceções, que a memória e história do PT, os obrigavam a fazer (ampliação das universidades, uma postura menos servil em relação ao imperialismo).”
- 5 Florestan Fernandes (2009, p.12, grifos do autor) afirma que o Manifesto do Partido Comunista apresenta a perspectiva que “melhor permite explicar sociologicamente a formação e o desenvolvimento dos proletários como *classe em si* e a que melhor coloca objetivamente as tarefas políticas das classes trabalhadoras na luta de classes. Não é nem uma perspectiva ‘envelhecida ou ‘superada’, historicamente, pois as classes não desapareceram e tampouco a luta de classes deixou de existir; nem é uma perspectiva ‘eurocêntrica’,
-

explicitaram que a história das sociedades são a história da luta de classes, haja vista em variadas épocas históricas havia uma determinada estratificação social e o estabelecimento de hierarquias e subdivisões, que envolvia os sujeitos de classe num conflito permanente, expressado de múltiplas formas, ora de forma patente, ora de forma tácita. No entanto, conforme os autores, a sociabilidade burguesa expressa, sobretudo, a época de redução de tais subdivisões em dois polos abrangentes e dialeticamente contrapostos: a burguesia e o proletariado.

Tais pensadores comunistas, de modo cuidadoso e aprofundado, desenvolveram descritivamente o modo pelo qual, dos escombros da sociedade medieval, emergem os primeiros elementos da burguesia. Eles descrevem de que com o “descobrimento da América”⁶ e colonização, o surgimento e avanço da grande indústria moderna, do mercado mundial estabelecido e o desenvolvimento agudo do comércio, da navegação e das comunicações constituem a base histórica que sustenta e expressa o surgimento da burguesia. “A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário” (MARX; ENGELS, 2008, p.12).

No capítulo XXIV do *O Capital: crítica da economia política* (2013), o pensador descreve como no contexto europeu - em especial na Inglaterra - se desenvolveu a acumulação primitiva do capital, base para constituição do modo de produção capitalista em seu estágio maduro. De fato, ela se deu de modo lento, moroso, complexo; e ao mesmo tempo violento. Foi a partir de expropriações da terra, dos meios de subsistência e de produção das mãos do produtor rural, com apoio das forças policiais estatais, que foi se formatando o arrendatário capitalista e, posteriormente, o capitalista industrial. Este processo forçou o intercâmbio dos camponeses para a cidade e, assim, sua constituição enquanto trabalhador assalariado.

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador

inaplicável nos países de desenvolvimento capitalista secundário e satelizado, porque o que entra em jogo são as condições mesmas da existência das classes e de suas funções sociais negativas e construtivas, o que, como Marx indicou expressamente, pode variar com o grau de desenvolvimento das classes trabalhadoras e assumir formas mais humanas ou mais brutais.

- 6 O filósofo argentino decolonial Enrique Dussel ao analisar a construção da modernidade, descreve-a como um mito, uma vez que ela é retratada sumaria e repetidas vezes a partir da perspectiva do centro europeu, portanto, a partir de um viés eurocêntrico e irracional, na medida em que justifica ou nega os processos de violência que constituem a invasão das Américas. Assim, o autor rechaça a ideia de “descobrimento da América”. “A modernidade originou-se nas cidades europeias, medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas “nasceu” quando a Europa pôde se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi descoberto como Outro, mas foi “en-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre (DUSSEL, 1993, p.8).

assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito já empalideceu.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 2013, p. 962-963).

Desse modo, com o controle do capitalista das matérias-primas, meios de trabalho, meios de subsistência e subjugação do trabalhador através da compra de sua força de trabalho, o burguês agora detém o controle de toda a produção e dos produtos constituídos na forma valor, as mercadorias. Esse processo, como descrito por Marx, originou-se de um processo violento de expropriação de terras, na qual, paulatinamente, o trabalhador perde sua autonomia e controle do processo produtivo, constituindo uma forma de produção capitalista característica.

Com a revolução constante da produção e a impressão cada vez maiores de tecnologias de processos produtivos de mercadorias, há uma crescente necessidade de mercados para seus produtos. É estabelecido, assim, um comércio, uma circulação de mercadorias, um mercado em escala mundial; por conseguinte, uma mútua independência entre os países tanto de ordem material, quanto imaterial. A burguesia, assim, “cria um mundo à sua imagem e semelhança” (MARX; ENGELS, 2008).

Para exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou a base nacional da indústria. As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. [...] Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam a todos os cantos da Terra. [...] No lugar da tradicional autossuficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países (MARX; ENGELS, 2008, p.15)

Assim, a classe dominante impõe um domínio sobre todo o globo terrestre. As ideias, a cultura e a superestrutura erigidas a partir desse determinado modo de produção também se concretizam por todo o mundo⁷. Ou seja, com um comércio mundial, produção industrial

7 “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção intelectual está submetida também à

que não se restringem a uma só nação, mas que se utilizam de matérias-primas de vários países, instaura-se um modo de produção em nível global.

A burguesia concentrou a propriedade e os meios de produção, aglomerou populações com o êxodo rural, explorou e submeteu os países colonizados e seu povo; submeteu, então, o campo à cidade, o oriente ao ocidente. O poder político, sob estas condições, também se centralizou; a forma jurídica, o Estado moderno, nada mais é que “um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”⁸ (MARX; ENGELS, 2008, p.12).

O longo processo histórico de transformações das formas de produção e circulação gerou polos essencialmente antagônicos, mas, ao mesmo tempo, profundamente conectados: a burguesia e o proletariado. O trabalhador moderno, em particular e essencialmente nesta quadra histórica, perde toda a autonomia do processo produtivo, haja vista está despossuído dos meios de produção; único fato em sua posse é sua força de trabalho, que precisa vender para sua subsistência. Ou seja, se não trabalhar, não vender sua força de trabalho para a burguesia, ele não se alimenta, não se veste, não adquire uma moradia, por exemplo.

Sobre esse processo mais detidamente, Karl Marx, no capítulo V do livro *O Capital: crítica da economia política* (2013), desenvolve acerca dos processos de trabalho e o processo de valorização de capital. Inicialmente, o pensador destaca o trabalho enquanto criador de valores de uso, ou seja, um processo natural do ser humano, que concebe, idealmente e previamente, uma ação frente aos meios de subsistência e meios de trabalho. Trata-se, aqui, de uma transformação da natureza, através da qual se cria produtos que satisfarão necessidades humanas, e que, por meio desse mesmo processo, o ser humano se autotransforma. Este é um processo comum a todas as épocas históricas.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma

classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias [sic], portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as idéias [sic] de sua dominação.” (MARX; ENGELS, 1998, p, 48, grifos do autor)

- 8 O professor Jaime Osório (2014) afirma que o Estado assume fundamental importância na sociedade capitalista moderna e que há, pelo menos, quatro particularidades que as sintetizam na atual forma de sociabilidade, são elas: a) a capacidade de o Estado fazer parecer com que interesses particulares sejam interesses comuns, de toda uma sociedade; b) A forma como o Estado se expressa como uma comunidade capaz de projetar rumos e destinos comuns de uma dada sociedade; c) o Estado enquanto centro do poder político, como condensador de todas relações de poder de uma sociedade; d) por fim, a esfera da reprodução da relações sociais está atravessada por relações estatais.

potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [*tierartig*], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvinculou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, p.326-327).

Portanto, percebe-se no trecho destacado, o trabalho e o processo de trabalho enquanto uma fonte criadora de produtos, valores de uso, que particularizam o próprio gênero humano ante a natureza e outros animais. Somente o ser humano tem essa propriedade de mentalizar, projetar idealmente toda a produção de um objeto, e assim realizá-lo. Tal objeto estará contido, objetivado, todo o trabalho e os meios de trabalho que o gerou. No entanto, na forma capitalista de produção todo esse processo se especifica. Isso ocorre de que forma e quais são suas consequências práticas e históricas para a sociedade em geral?

Na moderna sociedade burguesa, a força de trabalho comprada pertence ao capitalista, os meios de trabalho idem, assim como o resultado do trabalho, o produto, que agora assume forma de mercadoria. Ao contrário da forma originária descrita logo acima - do trabalho voltado à produção de valores de uso -, o que importa ao capitalista, na verdade, é a produção de mercadorias, é a produção do valor de troca, e, sobretudo, do mais-valor (MARX, 2013).

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor. Ora, se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se tal processo não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização. Se, além disso, compararmos o processo de formação de valor com o processo de trabalho, veremos que este último consiste no trabalho útil, que produz valores de uso. O movimento é, aqui, considerado qualitativamente, em sua especificidade, segundo sua finalidade e conteúdo. O mesmo processo de trabalho se apresenta, no

processo de formação de valor, apenas sob seu aspecto quantitativo. Aqui, o que importa é apenas o tempo que o trabalho necessita para a sua operação, ou o período durante o qual a força de trabalho é despendida de modo útil (MARX, 2013, p.349-350).

Então, conforme o que Marx (2013) vem apresentando, há diferenças fundamentais entre o processo de trabalho, processo de criação de valor e o processo de valorização, mas que estão intimamente relacionados. O processo de trabalho, em sua especificidade, possui sua significação em seu aspecto qualitativo, em sua condição de produção de valores que vão satisfazer algum tipo de necessidade humana, é o trabalho em seu aspecto ontológico; disso difere essencialmente o processo de criação de valor.

Desse modo, a criação do valor, em particular, é compreendida em seu aspecto quantitativo, isto é, no tempo de trabalho socialmente necessário⁹ que é despendido para consecução da mercadoria. Em outras palavras, o tempo de trabalho metricamente necessário, sem desperdício de tempo, tendo em vista o custo para o capitalista, que é o comprador da força de trabalho. Logo, não importa, nessa perspectiva, a qualidade do trabalho no que diz respeito à satisfação de necessidades humanas, mas, sim, o tempo de trabalho realizado, cujo seu produto pertence ao capitalista.

Nesse sentido, o processo de valorização, de produção de mais valor, ocorre na medida em que o valor pago ao trabalhador é somente necessário ao da sua reprodução material, para se manter vivo, ou seja, comer, vestir-se, brincar, logo, dar seguimento a sua vida social. Porém, isso não impede de o trabalhador cumprir uma jornada maior de despendido de força de trabalho sem que o capitalista pague por isso. É nisso que reside o cerne do processo de valorização, a partir de um processo que transformação do valor em capital. Portanto, é através da compra mercadoria força de trabalho, da posse dos meios de trabalho e matérias-primas e do resultado do processo de trabalho que a burguesia acumula o capital.

Isaak Rubin (1987) afirma que a particularidade da teoria do valor-trabalho de Karl

9 “[...] o trabalho só importa na medida em que o tempo gasto na produção do valor de uso é *socialmente necessário*, o que implica diversos fatores. A força de trabalho tem de funcionar sob condições normais. Se a máquina de fiar é o meio de trabalho dominante na fiação, seria absurdo fornecer ao trabalhador uma roda de fiar. Ou, em vez de algodão de qualidade normal, fornecer-lhe um refugo de algodão, que a toda hora arrebenta. Em ambos os casos, seu trabalho ocuparia um tempo de trabalho maior do que o tempo socialmente necessário para a produção de 1 libra de fio, mas esse trabalho excedente não geraria valor ou dinheiro. Contudo, o caráter normal dos fatores objetivos de trabalho não depende do trabalhador, e sim do capitalista. Uma outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo de produção em que é empregada, ela tem de possuir o padrão médio de habilidade, eficiência e celeridade. Mas aqui supomos que nosso capitalista comprou força de trabalho de qualidade normal. Tal força tem de ser aplicada com a quantidade média de esforço e com o grau de intensidade socialmente usual, e o capitalista controla o trabalhador para que este não desperdice nenhum segundo de trabalho. Ele comprou a força de trabalho por um período determinado, e insiste em obter o que é seu. Não quer ser furtado” (MARX, 2013, p.349-350, grifos meus).

Marx reside justamente no fato de que ele explicou como, de que forma e qual tipo de trabalho gera valor. A explanação do duplo caráter do trabalho, enquanto trabalho concreto e abstrato reflete o trabalho enquanto processo “técnico-material de produção” e “forma social”; e enseja a análise duplo caráter da mercadoria, em sua dimensão como valor de uso e valor de troca.

Assim, esta distinção da existência do produto do trabalho e sua forma social assumida, assim como das relações de produção entre pessoas expressado como relação entre coisas (mercadorias), revela, sobretudo, “uma inseparável vinculação entre a teoria de Marx sobre valor e suas bases gerais metodológicas, formuladas em sua teoria sobre o fetichismo da mercadoria” (RUBIN, 1987, p. 88).

Portanto, conforme com o que Rubin (1987) vem apresentando, a teoria do valor de Marx revela uma forma social historicamente determinada da produção entre pessoas, tendo como ponto de partida o trabalho, a estrutura da produção da sociedade mercantil-capitalista. Em outras palavras, o modo de produção capitalista revela uma totalidade de relações sociais de produção que, nesta quadra histórica, assume uma peculiar *coisificação*.

Tal processo de estruturação da economia mercantil-capitalista é fundamental para compreendermos a constituição histórica da sociabilidade burguesa e a constituição das classes sociais. Karl Marx (2013), no capítulo XXIII do *Capital*, afirma que a acumulação do capital é a multiplicação da massa de trabalhadores. Ele não escreve isso em vão, haja vista, descritivamente, é desenvolvido nesse capítulo a relação entre a “a composição de valor do capital” e o “crescimento do capital”.

A composição do valor do capital se divide em capital constante, cuja significação reside no valor dos meios de produção, e capital variável, que retrata o valor da força de trabalho. O crescimento do capital implica necessariamente no crescimento do capital variável, haja vista o avanço da produção denota uma intensificação do processo de trabalho, o que requer mãos, braços e uma mente capacitada tecnicamente para pôr em movimento o capital constante (MARX, 2013).

A reprodução permanente de criação de mais-valor e uma alocação de sua parte ao processo produtivo, impulsiona o volume de acúmulo de capital. Aliado a isso, a abertura de novos mercados, a competição, concorrência entre capitais e novos espaços de alocação de capital próprios do desenvolvimento histórico, podem ensejar uma mudança na divisão do mais-valor em favor da demanda dos trabalhadores (MARX, 2013).

Como já dito, o crescente acúmulo de capital implica o aumento da massa de assalariados, podendo chegar ao ponto no qual necessidades do capital requeira uma

grande quantidade de trabalhos aptos ao labor, favorecendo o acréscimo dos salários. Isto, diga-se de passagem, não altera em nada a dinâmica das classes sociais no modo de produção capitalista, por quê? Porque a inserção de mais trabalhadores no processo de valorização produz necessariamente um aumento em escala ampliada do capital; ou seja, mais capital representa, de igual modo, uma massa de assalariados e, por consequência, mais exploração e mais alienação do trabalho (MARX, 2013).

No entanto, na medida em que as condições normais do trabalho não pago ao trabalhador - o mais valor - é ameaçado por alguma pelo aumento constante de salários, o acúmulo de capital é diminuído e os salários voltam a ter um baque. Portanto, o aumento dos salários do trabalhador, de uma parte necessária à sua reprodução material, é condicionado a não interferência da lógica da acumulação de capital. Em outras palavras, as necessidades humanas e os mais diversos interesses da classe trabalhadoras nunca vão se sobrepor a margem de acumulação de capital e os fundamentos do modo de produção capitalista (MARX, 2013).

Porém, a constituição de uma massa de trabalhadores e a dinâmica do aumento e rebaixamento dos salários atreladas ao próprio movimento da acumulação de capital é apenas um aspecto da complexidade de contradições próprias ao modo de produção capitalista. Dito isso, é necessário destacar uma outra parte desse processo, a saber, a constituição de uma *superpopulação relativa de trabalhadores e trabalhadoras* ou também chamado *exército industrial de reserva*.

A constituição de uma superpopulação relativa é uma condição intrínseca do próprio movimento do capital e ao mesmo tempo é vital para ele. A acumulação de capital é objetivo máximo do capitalista e, para tanto, requer uma produção permanente e intensa de mercadorias e de extração do mais-valor, processo esse consolidado nas operações comerciais. Uma parte do capital acumulado é transformado em “capital adicional” e reinvestido no processo produtivo, sobretudo em capital constante; isto altera a composição de valor de capital.

Dada a rapidez, intensificação e avanço do processo produtivo e de acumulação, a massa de investimento em capital constante se expressa maior em comparação com o capital variável. É condição intrínseca do processo de valorização uma maior absorção de meios de produção, maquinarias, matérias-primas, em relação à força de trabalho. Isto pode ser visto no seguinte exemplo:

Por exemplo, com a divisão manufatureira do trabalho e o emprego da maquinaria, mais matéria-prima é processada no mesmo espaço de tempo e, portanto, uma

massa maior de matéria-prima e de matérias auxiliares ingressa no processo de trabalho. Essa é a consequência da produtividade crescente do trabalho. Por outro lado, a massa da maquinaria empregada, dos animais de trabalho, do adubo mineral, das tubulações de drenagem etc. é condição da produtividade crescente do trabalho. Também o é a massa dos meios de produção concentrados em prédios, altos fornos, meios de transporte etc. Seja ele condição ou consequência, o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a produtividade crescente do trabalho. O aumento desta última aparece, portanto, na diminuição da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção que ela movimenta ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em comparação com seus fatores objetivos (MARX, 2013, p. 845-846).

Uma outra dimensão do feroz processo de valorização, exploração e acumulação de mais-valor é a instituição de concentração diversa de capitais individuais em escala ampliada. É uma tendência peculiar do *modus operandi* do capitalismo e sua razão de ser. Todavia, a concentração de capitais não é um todo homogêneo, límpido, ao contrário, é atravessada por disputas, pela concorrência (MARX, 2013).

Uma consequência prática é a instituição do abocanhamento de capitais menores e diversos por capitais mais estabelecidos, estabelecendo um processo de centralização. Em outras palavras, pelo mesmo processo que institui em escala ampliada a diversidade de capitais individuais, há uma repulsa entre eles, um confronto, a disputa característica do jeito de ser da produção mercantil-capitalista que institui, paulatinamente, uma centralização, cada vez maior, de capitais (MARX, 2013).

O modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento a ele correspondente da força produtiva do trabalho e a alteração que esse desenvolvimento ocasiona na composição orgânica do capital não apenas acompanham o ritmo do progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque a acumulação simples ou a ampliação absoluta do capital total é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais, e a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original. Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre as partes constante e variável do capital (MARX, 2013, p.855-856).

Portanto, a alteração destacada na composição técnica do capital, pesando em desfavor para a proletariado, na medida em que há um incremento proporcionalmente maior do capital constante em relação ao capital variável, é fruto de uma tendência posta na dinâmica do desenvolvimento histórico da acumulação capitalista e sua consequentemente produtividade crescente do trabalho.

Destaca-se, então, cada vez mais, como uma consequência fáctica, a constituição de uma superpopulação relativa, uma massa de trabalhadores e trabalhadoras despojadas do mercado de trabalho, mas que ao mesmo tempo é essencial ao modo de produção

capitalista. Tal população excedente à necessidade de valorização média de capital é diversa e constituída por diversos grupos de sujeitos. É a *lei geral da acumulação capitalista*.

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista*. Como todas as outras leis, ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias, cuja análise não cabe realizar aqui (MARX, 2013, p.875, grifos do autor).

As dadas condições de miséria, pobreza, pauperismo e/ou desemprego é uma condição peculiar ao sistema de produção atual; pior, enquanto há um aumento exponencial da riqueza socialmente produzida, se reproduz proporcionalmente o exército de reserva de trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, não se trata de pessoas que “não conseguem se inserir no mercado de trabalho por inaptidão ou indigência” ou “falta capacitação técnica dos sujeitos para inserir nos postos de trabalho”, na verdade, a superpopulação relativa para além de ser uma dimensão do processo de acumulação, é uma condição vital, necessária, fundamental do capitalismo.

Essa lei tendencial reflete sobremaneira o antagonismo de classe presente na sociabilidade burguesa, a disputa de classes sociais, os interesses conflitantes, a degradação das condições humanas, a retirada do conteúdo social do trabalho, a reiteração dos processos de exploração e espoliação da vida. É uma lei tendencial, pois, é perceptível, verificável ante a prática social e histórica. Hoje, há inúmeros exemplos que reflete a luta de classes.

Recentemente, saiu uma matéria jornalística na revista *Carta Capital* destacando que metade da população mundial vive sem proteção social; isto mesmo, metade do conjunto populacional de todo o planeta terra¹⁰. A proteção social a qual a revista se refere diz respeito à saúde, previdência, emprego, contra acidentes de trabalho etc., isto é, condições básicas para consecução da dignidade humana. Em contrapartida, recentemente também saiu outra matéria jornalística na revista *Brasil de Fato* qual é informado o aumento do número de bilionários em meio à pandemia, proporcionalmente ao avanço da fome no

10 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/oit-metade-da-populacao-mundial-vive-sem-protecao-social>>. Acesso em 26 de dezembro de 2021.

Brasil¹¹. Portanto, a luta de classes está mais viva do que nunca.

Contraditoriamente, a sociedade burguesa moderna ao instaurar sua dominação social e política, a partir de inovadores meios de produção, de circulação e ideológicos, cria-se sua própria crise e condições de sua destruição. Logo, a própria materialidade do mundo do capital é contraditória, ou seja, ao mesmo tempo em que a burguesia domina e explora a classe que vive do trabalho, engendram-se possibilidades históricas para a superação do *status quo*. Coloca-se a tarefa política da classe trabalhadora.

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados.

O modo de apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho. (MARX, 2013, p.1012-1013).

3 CONCLUSÃO

A luta de classes na sociabilidade burguesa é uma determinação fundamental. Assim, é factual a existência de duas classes abrangentes, diversas, antagônicas, porém essencialmente conectas. A revolução burguesa e a posterior consolidação da burguesia e do capitalismo significou, nesse exato sentido, a multiplicação da massa de trabalhadores. Tal processo se deu de modo e complexo e violento, seja a própria revolução em si, quanto também a expropriação dos meios de produção dos produtores rurais na Inglaterra, a invasão das Américas com a dizimação de povos originários, o colonialismo e a diáspora africana.

Destacar esses elementos é essencial, na medida em que oportuniza compreender a particularização da luta de classes e, nesse mesmo bojo, a constituição do modo de produção capitalista em diferentes países e territórios. Assim, importa estudar o fenômeno

11. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/enquanto-fome-avanca-numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-seu-patrimonio-dobra>>. Acesso em 26 de dezembro de 2021.

da luta de classes e suas mediações e configurações concretas, afinal o que seria da constituição do modo de produção capitalista sem a dominação e controle do corpo e vida das mulheres? Sem a colonização e escravização de indígenas, africanos e africanas?

Portanto, é fundamental um estudo dedicado à luta nacional, luta das mulheres e da luta contra a opressão racial, assim como sobre as classes sociais em suas mais variadas expressões atuais, apontando as diversas lutas encampadas pela classe que vive do trabalho, em suas dimensões locais e nacionais, abordando as configurações atuais dos trabalhadores, destacando quem são esses sujeitos de classe e a constituição de sua consciência a partir da vida social concreta.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FERNANDES, Florestan. **Nós e o Marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

RUBIN, Isaac Ilich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

COUTINHO, Joana Aparecida. O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil. Prefácio. In: SANTOS, Lyndon de Araújo; BACCEGA, Marcus Vinícius de Abreu; SAMPAIO, Yuri Givago Alhadeff. **O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2021. Disponível em: <
https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2021/04/O-Golpe-de-2016-e-o-Futuro-da-Democracia-no-Brasil.pdf>. Acesso em 9 de agosto de 2022.

SILVA, Ruteléia Cândida de Souza; BARROS, Suzana Przybyszewski. Os efeitos da

pandemia do novo coronavírus e as imposições mundiais sobre a América Latina. In: LIRA, Izabel Cristina Dias; BARROS, Janaína Carvalho; SILVA, Ruteléia Cândida de Souza. **Questões e tendências contemporâneas do capitalismo**: desdobramentos para as políticas sociais e o Serviço Social. São Carlos-SP: Diagrama, 2020, p. 61-92. Disponível em: <<https://www.diagramaeditorial.com.br/project/questoes-e-tendenciascontemporaneas-do-capitalismo/>>. Acesso em 29 de agosto de 2022.